

Parte 4 – Movimentos sociais e direitos à educação na América
Latina

**15. A experiência do ArtCreche em São Gonçalo: movimentos
sociais e a formação política de mulheres na luta por creches**

Maria Tereza Goudard Tavares
Cintia Larangeira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TAVARES, M.T., and LARANJEIRA, C. A experiência do ArtCreche em São Gonçalo: movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches. In: SANGENIS, L.F.C, OLIVEIRA, E.F.R., and CARREIRO, H.J.S., eds. *Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Pesquisa em educação / Formação de professores series, pp. 323-344. ISBN 978-85-7511-484-1. <https://doi.org/10.7476/9788575114841.0017>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A experiência do ArtCreche em São Gonçalo: movimentos sociais e a formação política de mulheres na luta por creches

Maria Tereza Goudard Tavares

Cintia Larangeira

Introdução

O presente artigo, que é fruto de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, objetiva inventariar e atualizar a luta de movimentos de mulheres por creche, em especial das mulheres que constituem o Movimento de Articulação das Creches – ArtCreche –, que vem atuando em São Gonçalo, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentadas em trabalhos anteriores produzidos no interior do Núcleo Vozes da Educação, nós vimos optando pela pesquisa qualitativa de natureza etnográfica e participativa (Brandão, 2003) – na qual a pesquisa é concebida como uma experiência de conhecimento – e o trabalho de campo – longe de ser apenas de coleta e produção de dados, de conhecimentos e questões, o qual possibilita um movimento de ação-reflexão-ação coletiva sobre o(s) processo(s) de produção do conhecimento – corroborando o que Santos defende como o papel político e epistêmico da pesquisa em uma perspectiva emancipatória (Santos, 2000). Nesse percurso, provocadas pela força política, pedagógica e discursiva da(s) longa(s) luta(s) de mulheres do ArtCreche, assumimos, no presente artigo, o pressuposto conceitual e político de que

uma teoria é um dispositivo analítico para melhor conhecer o que ainda não sabemos, e também para produzir *estranhamentos* naquilo que se apresenta como familiar, como, por exemplo, o des-caso dos poderes públicos com a (re)produção da vida das classes populares nos diferentes territórios da cidade.

Do ponto de vista contextual e de sua ação política, desde 1980 o movimento ArtCreche vem construindo uma pauta de demandas e lutas junto ao poder público e à sociedade civil em São Gonçalo – uma das três maiores cidades do Estado do Rio de Janeiro e a 14ª metrópole do Brasil, e que apresenta um enorme contingente de crianças de zero a três anos, das quais apenas 5% estão inseridas em algum tipo de equipamento público e/ou conveniado de educação infantil, especialmente em creches públicas.

Essas questões demarcam o pano de fundo estrutural e conjuntural no qual as lutas do movimento ArtCreche se tornam emergentes em São Gonçalo. Este cenário, embora apresentado de forma breve, mostra-nos que a construção e implementação de políticas públicas de educação em contextos periféricos, os seus desafios – com avanços e dificuldades que atualmente se apresentam na busca pela justiça social e pelo direito à educação – têm sido fruto de lutas acirradas entre diferentes atores, produzindo tensões entre as diferentes escalas de poder político e econômico, em especial nos bairros periféricos das grandes metrópoles brasileiras.

Neste sentido, problematizar algumas questões e atravessamentos presentes na relação entre movimentos sociais e o direito à educação da(s) infância(s) em uma metrópole periférica do Leste Fluminense se apresenta como uma das principais intenções do texto, exigindo uma maior contextualização dos conceitos e noções utilizados na construção do arcabouço teórico e metodológico do artigo em tela, como, por exemplo, o conceito de movimentos sociais.

Segundo a pesquisadora Magali Alonso (2009), do ponto de vista das Ciências Sociais, o termo “movimentos sociais” foi criado no início dos anos 1960 com vistas a nomear multidões que se manifestavam nas ruas exigindo mudanças pacíficas (“faça amor, não faça guerra”), aparentemente desinteressadas de pressionar o Estado por algum tipo de poder. Nessa perspectiva, o termo movimentos sociais vem assumindo nas últimas cinco décadas diferentes significados e sentidos, fundamentados em distintas teorias (Touraine, 1977; Melluci, 1989; Gohn, 2010; Alonso, 2009; e Tarrow, 2009).

Ainda segundo Alonso (2009), tais teorias construíram os seus principais fundamentos políticos e epistêmicos em oposição à teoria marxista, à concepção de revolução social, ao protagonismo das classes trabalhadoras e do operariado urbano. Para esta autora (*idem*), as configurações destes movimentos, os modos de luta e os seus repertórios de ação buscariam explicitar modos distintos do movimento operário e fabril. E que estes movimentos sociais se caracterizariam pela heterogeneidade de seus atores, pela origem não operária de suas lideranças e da composição de seus membros, pelo repertório de ação distinto das mobilizações tradicionais do operariado fabril e pela utilização de passeatas e manifestações de massa nas ruas como forma de expressar e reivindicar suas demandas.

Em linhas gerais, os movimentos sociais – que até a década de 1960 eram compreendidos fundamentalmente a partir de leituras marxistas, e que se pautavam em sua maioria no estruturalismo e no funcionalismo para analisar/explicar as ações coletivas do operariado sob o par política/economia – sofreram novas configurações, sendo lidos e compreendidos à luz de uma concepção culturalista-identitária (Gohn, 2010), que passaria a enfatizar as relações microssociais e culturais, mobilizando outras questões relacionadas a gênero, etnia, estilos de vida, meio ambiente etc.

É importante destacar nesse novo contexto teórico e conceitual as formulações de Alain Touraine (1977), que ressaltaram o sentido da ação dos movimentos sociais por meio da compreensão desta ação face a situações de conflito político. Ainda segundo este autor, devemos atribuir um olhar sobre os movimentos sociais, sobre as ações coletivas, não somente como objeto de análise, mas também como sujeitos pertencentes a uma sociedade dinâmica, complexa, antagonica e histórica; principalmente porque o objeto da teoria da ação social é o sujeito histórico.

No Brasil, uma das primeiras referências a ser destacada no uso de novas abordagens e na construção de outras categorias analíticas e conceituais sobre o campo dos movimentos sociais, criticando as abordagens de cunho estruturalista que hegemonizavam a leitura desses movimentos no final da década de 1970, foi o sociólogo Eder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, publicado em 1988.

Sader apresenta em seu livro algumas questões nodais que englobam duas categorias desses *novos personagens* no contexto de lutas e reivindicações: a irrupção do sujeito coletivo, social e descentralizado, e as matrizes discursivas que estes utilizarão para a leitura e a intervenção na realidade social, sobretudo pela ação coletiva em prol das conquistas de seus direitos fundamentais, como moradia, educação, transporte, trabalho, saúde etc. Como indicador da emergência de novas identidades coletivas, este novo sujeito dos movimentos sociais se tornaria uma categoria fundamental à medida que sua identidade e seus repertórios de ação coletiva se materializariam a partir da coletividade, por meio da qual os seus membros procurariam defender seus interesses e expressar suas vontades políticas, constituindo essa identidade coletiva na luta:

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade e inclusive, eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para a sua inteligibilidade (Sader, 1988, pp. 35-6).

Ao reivindicar uma aproximação conceitual com as questões citadas por Sader e pelos movimentos de luta por creche em São Gonçalo, em especial o papel do movimento ArtCreche nas lutas pelo direito à creche, intencionamos investigar a identidade coletiva desse movimento como “sujeito histórico”; isto é, buscamos refletir sobre a composição e interesses em disputas, tanto dos partícipes desse movimento, quanto dos outros atores envolvidos nas lutas por creches na cidade, tais como prefeitura, vereadores, sindicatos dos profissionais de Educação etc.

No presente texto, optamos por focar a luta do ArtCreche em diálogo com autores que fazem alusão à eclosão dos movimentos populares na década de 1980, bem como ao seu refluxo no período de pós-democratização brasileira. Para tal, citamos: Sader (1988), Arroyo (2003), Daniel (1988), Gohn (2010), dentre outros. Para fins de compreensão das lutas do ArtCreche e dos cenários de implementação das políticas públicas de educação infantil em São

Gonçalo, adotamos como perspectiva de nossa análise o conceito de *poder local* sugerido por Celso Daniel (1988).

Como propõe este autor, o exercício de poder não se resume ao Estado, mas está disseminado em múltiplas instituições sociais em diferentes modalidades de poder local, sendo que, no Brasil, devido às formas históricas de organização e estruturação do Estado, o conceito de poder local vem sendo remetido à esfera municipal.

Tal abordagem conceitual sobre poder local articula-se à concepção de Estado conforme abordagem de Gramsci (1995), na qual também nos apoiamos, sendo este não apenas um aparelho de governo, mas, também, aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil. Nesse sentido, ao tratar-se da sociedade civil, esta não diz respeito apenas aos movimentos sociais populares articulados pelas classes subalternas. Da sociedade também fazem parte diversos grupos de interesse que estão relacionados ao poder governamental, e que também compõem o poder político local. Além disso, travam lutas e disputas pelo acesso as suas demandas fundamentais.

Assim, ao intencionar compreender a luta contemporânea do movimento ArtCreche pela expansão da educação infantil na cidade, buscamos, sobretudo, complexificar o repertório de lutas pela ampliação das creches públicas nos bairros mais populosos e pobres do município. Como vem se dando a luta por creches atualmente? Quem são os principais atores e quais os seus repertórios de ação? No movimento da pesquisa, compreendemos que estudar de forma mais aprofundada as lutas no lugar, isto é, os embates realizados nas entranhas do poder local, pode nos oferecer pistas fecundas sobre o longo e difícil processo de democratização do direito à educação, sobretudo da educação infantil de crianças das classes populares e pobres no município.

A constituição de creches comunitárias no Brasil e suas implicações no direito à educação infantil: as lutas das mulheres do Artcreche em São Gonçalo

Em diálogo com uma perspectiva histórica, em linhas gerais, a proliferação de creches comunitárias no Brasil ocorreu a partir da década de 1970, quando o contexto de crise econômica e deterioração das condições de vida da população favoreceram a incorporação crescente das mulheres ao mercado de trabalho e, com isso, ampliou-se a demanda por espaços de educação e cuidados de seus filhos e filhas pequenos(as). A conjuntura do período favorece, ainda, a eclosão de movimentos populares, com destaque para os movimentos de mulheres e para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹ da Igreja Católica, cuja atuação é determinante para a formação de muitas creches comunitárias, inclusive no município de São Gonçalo.

Em nossa compreensão, as creches comunitárias, mais do que como uma proposta educativa à ausência de equipamentos de educação das crianças pequenas, surgiram nas favelas e áreas pobres do Estado do Rio de Janeiro como *solução* para o atendimento às crianças das camadas populares em face da ausência histórica do Estado nesta área educacional. Posteriormente, em função de suas lutas e pressões, muitas delas adquiriram subsídios do poder público via convênios, e por meio do apoio de organizações filantrópicas, tendo em vista que começam a ser tratadas como entidades sem fins lucrativos.

A principal lógica que sustentava essas ações era a expansão a baixo custo, com a exploração da mão de obra da própria comu-

1. As CEBs constituíram-se a partir de diferentes grupos da Igreja Católica que comungavam da chamada Teologia de Libertação, cujas intervenções tinham como público-alvo camadas da população em condição de exclusão dos bens culturais e sociais produzidos. Calcula-se que nas décadas de 1970 a 1990 cerca de 93 mil CEBs teriam sido criadas em todo o Brasil.

nidade para a manutenção de serviços que são de responsabilidade do Estado, visando atender o maior número possível de crianças sem realizar investimentos compatíveis (Ammann, 1986; Rosemberg, 2002).

O intuito de muitos programas era ampliar de forma significativa o atendimento em termos quantitativos, sem o aporte proporcional de verbas públicas, o que era viabilizado pela exploração de mão de obra voluntária ou semivoluntária das comunidades pauperizadas, leia-se favelas e áreas de ocupação popular, das quais, inúmeras vezes, não era exigida qualquer qualificação profissional para atuar em creches, sobretudo pela ausência histórica de um *ethos* profissional neste campo do trabalho educacional, bem como a sua associação com a maternagem infantil (Rosemberg, 2002).

Além disso, a distorção a que é submetida essa concepção de *participação* dos sujeitos, principalmente das mulheres nesse tipo de ações, merece destaque por conta de sua dimensão despoliticizante, e muitas vezes de cooptação. A atuação dos membros da comunidade é identificada com a democratização dos processos educativos, mesmo quando o que se percebe em muitas realidades é a população local restrita ao papel de mera executora de funções e projetos, para cujo processo de elaboração a mesma sequer é (ou foi) convidada a participar.

As modificações que foram impetradas na educação infantil a partir da Constituição de 1988 tornaram a educação dos “pequenos” direito da família e dever do Estado e a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), que definiu a educação infantil como direito das crianças e primeira etapa da Educação Básica. Além da implementação do FUNDEB, que garantiu o financiamento para as creches públicas, comunitárias e filantrópicas, os convênios passaram, a partir de 2004, a ser efetivados por meio da Secretaria de Educação, ganhando

caráter mais regulatório do que educativo, devido às inúmeras burocracias e exigências legais para o seu funcionamento.

Neste período, configuram-se na cidade duas formas de atendimento em creches: uma na qual o poder público se responsabiliza integralmente pelo atendimento em instituições públicas municipais e outra na qual os investimentos são parciais e os recursos possuem forte restrição de utilização, sobretudo em relação à construção e às melhorias nos espaços físicos das creches comunitárias.

Do ponto de vista territorial, São Gonçalo está dividida em 108 bairros, sendo noventa oficiais e 18 reconhecidos pela população (IBGE, 2012), o que significa que existem bairros subdivididos que nem sempre contam com a legitimação e o reconhecimento das instituições federais e do poder governamental local. Este é o caso do Jardim Catarina. Considerado o maior loteamento da América Latina, subdivide-se em quatro sub-bairros: Jardim Catarina Novo, Jardim Catarina Velho, Pica-Pau e Ipuca.

Vale salientar que, na grande maioria dos casos, a marca de cidadania política desses bairros é representada pelas lutas de grupos populares organizados em associações de moradores que demandam e reivindicam a implementação de políticas públicas nessas favelas, bairros e loteamentos. Tem sido pelo acompanhamento do trabalho político desses grupos e associações que investigamos e buscamos compreender as lutas e a demanda por creches nesses territórios da cidade.

Para compreender a importância das lutas e demandas por educação infantil em São Gonçalo, temos utilizado como fonte de estudos e pesquisas os censos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esses números demonstram a evolução das matrículas em creches da rede pública, entre 2004 e 2010, além de dados disponibilizados pela SEMED/SG (2010) e pelo movimento ArtCreche, os quais nos auxiliaram na compreensão do espaço ocupado

pelas creches comunitárias na educação infantil do município. Porém, ainda assim não se pode deixar de considerar que todas as formas de participação democráticas foram também conquistadas por meio de lutas históricas. E que somente pela atuação permanente desses movimentos tem sido possível conseguir romper com a lógica do privilégio e da concentração de poder, produzindo fissuras nas lógicas *do mandonismo local* (Queiróz, 1976) e conseguindo respostas efetivas às demandas pelos direitos sociais fundamentais na cidade.

Em relação aos movimentos sociais populares, mesmo diante de um período de aparente desesperança, eles permanecem *em movimento*. Em São Gonçalo, associações de moradores e grupos organizados, especialmente das mulheres que constituem o Art-Creche, marcam presença nas sessões da câmara de vereadores, nas audiências públicas, nos fóruns dos movimentos de educação, nos seminários na Universidade, entre outros espaços de lutas políticas, como nas passeatas e greves convocadas pelo Sindicato dos Profissionais da Educação – SEPE/SG.

Nesse período, não houve construção de creches, mas uma escola da rede e Cieps municipalizados foram adaptados para a oferta, contrariando o que o próprio texto do Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (PME) previa.²

O cenário é ainda mais preocupante quando se considera que, nesse período, as matrículas em creches comunitárias conveniadas com a prefeitura também não apresentaram ampliação, o que aponta um período de estagnação do atendimento, seja por meio de creches públicas ou de convênios.

Uma das questões de fundo – retomada pelo conjunto de mulheres (e alguns homens) que são profissionais de creche e que

2. O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, aprovado em 2004, intencionou como meta a construção de, no mínimo, uma creche pública municipal por ano durante o decênio 2006-16, que não foi cumprida no período proposto.

atuam no Movimento ArtCreche – tem sido a dificuldade de interlocução com o Estado, principalmente com o prefeito eleito e com os membros que constituem o Conselho Municipal de Educação (CME/SG). Talvez nesse embate resida uma das questões mais importantes e desafiadoras às nossas tentativas analíticas e conceituais: quem são os sujeitos coletivos que compõem o ArtCreche? Como se representam e são representadas pelos demais atores em conflito e/ou alianças?

Segundo Sader, poucas noções são tão ambíguas e carregadas de sutilezas quanto a noção de sujeito na modernidade ocidental. Essa ambiguidade e entendimento difuso, por exemplo, podem ser interpretados tanto na perspectiva da soberania do ator quanto na perspectiva da sujeição do mesmo. Ainda segundo Sader, tanto no campo da filosofia, da linguística, da sociologia, passando pela psicanálise, a noção de sujeito é “um território minado, palco das mais acesas polêmicas” (Sader, 1988, p. 50).

Assim, quem são os “sujeitos históricos” do movimento ArtCreche? Embora não tenhamos a intenção de realizar este inventário semântico e conceitual da noção de sujeito, entendemos que o exercício de pensamento, colocado mesmo que ainda frágil na densidade analítica de sua interrogação, é uma fonte fértil de questões sobre o movimento e suas aspirações.

Do ponto de vista da composição dos sujeitos e da representação de sua identidade coletiva, em linhas gerais, o ArtCreche é constituído por mulheres na faixa etária de vinte e cinco a cinquenta anos. A maioria com baixa escolaridade, muitas apenas com as séries iniciais do ensino fundamental (sendo a grande maioria, do ponto de vista étnico-racial, negra), nascidas e criadas nos bairros pobres e populares da periferia de São Gonçalo – ou, como as educadoras mais velhas, migrantes dos estados do Norte e/ou do Nordeste brasileiro, oriundas dos fluxos migratórios

produzidos pelo capitalismo desenvolvimentista no período da ditadura militar no país.

Ainda segundo Sader e Paoli, do ponto de vista da

[...] representação substantiva, situada e tematizada dos trabalhadores urbanos e de sua presença na sociedade brasileira [...] põe em cena a formação dos trabalhadores e de suas vidas como figuras cuja articulação tem raízes históricas na própria sociedade que se quer conhecer. Como sugere Claude Lefort, construir figuras e colocá-las em cena forma uma matriz de representação que produz uma visão de Sociedade e é produto de uma elaboração coletiva díspar e articulada (Sader; Paoli, 1986, p. 40).

Nesse sentido, para traçar uma cartografia, mesmo que ainda pouco consistente dos diferentes sujeitos que constituem o Art-Creche, faz-se necessário situar, ainda que de forma inicial, a tradição histórica da representação e do imaginário instituído sobre as classes populares no Brasil.

De acordo com estudos dos autores, foi no pensamento político gestado na Primeira República “que se construiu, pela primeira vez, uma representação sistemática e substantiva sobre os trabalhadores, os pobres, os dominados desta sociedade” (Sader e Paoli, 1986, p. 44). O povo brasileiro, segundo a representação de alguns pensadores políticos mais conservadores da época, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres, estaria fadado à “incapacidade de luta cívica” (Sader e Paoli, 1986).

Para esses pensadores, por conta da enorme heterogeneidade de sua composição, pelo efeito nefasto que esta heterogeneidade provocaria sobre a capacidade de ação política coletiva popular e pela ausência crônica de aptidão para a coletividade, este povo não teria “vocação para a solidariedade e para a universalidade” (Sader e Paoli, 1986, p. 42).

Ainda segundo esses pensadores políticos da Primeira República, nada poderia ser feito a partir do povo, “pois não se tratava de povo real, com expressão representativa ordenada na Sociedade” (Sader e Paoli, p. 42).

Passado mais de um século da gestação e circulação dessa representação *negativa* sobre a capacidade de ação política coletiva do povo brasileiro, de modo geral sobre aqueles oriundos das classes populares, parece-nos fundamental arguir a atualidade dessa representação no imaginário e nas concepções concretas produzidas (e em produção) sobre a capacidade de ação e intervenção política autônoma desses sujeitos.

O que o trabalho de campo junto ao ArtCreche tem nos apresentado com dados contundentes, que *falam* e nos obrigam a uma compreensão mais complexa das dificuldades de fissurar essa representação negativa dos movimentos sociais, é o caráter de classe, de gênero e de raça desse movimento, ou seja, a sua interseccionalidade (Miguel, 2014), sendo fundamental a construção de uma análise mais complexa sobre a presença maciça de mulheres negras e sobretudo pobres na luta por creches no município.

Sobre o conceito de classe, reiteramos nessa afirmativa, em diálogo com E.P. Thompson (1987), que o conceito de classe pode ser compreendido a partir das ações dos sujeitos, e do modo como suas experiências atuais ou herdadas interferem na formação da classe.

Na perspectiva thompsoniana, a consciência de classe acontece:

Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de

classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 1987, p. 9).

Em diálogo com essa perspectiva, entendemos atualmente que a questão de gênero constitui um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social mais amplo. Isso significa afirmar que, onde existem desigualdades estruturais e conjunturais que atendem a padrões de gênero, também são definidos posicionamentos relativos ao papel de mulheres e homens, ainda que a questão de gênero não possa ser compreendida de maneira isolada, mas em profunda vinculação com as questões de classe, de raça e sexualidade.

Não obstante, do ponto de vista do trabalho em creches, bem como a própria demanda e luta por esse equipamento educativo, historicamente tem sido uma experiência de gênero: uma questão das mulheres. Temos clareza de que a produção dessa questão é muito mais complexa, e mereceria muito mais aprofundamento do que estamos dedicando a ela no corpo do presente artigo. Tal aprofundamento, porém, requereria outras intencionalidades, além de outro trabalho de pensamento não previsto no escopo do artigo em tela.

Com base em estudos já realizados (Biroli, 2004 e Rosemberg, 2002), pode-se afirmar que, na cultura ocidental, sobretudo na cultura ibérica, o cuidado com as crianças, com pessoas idosas e com os doentes tem sido uma responsabilidade e um trabalho atribuído às mulheres. Inclusive, para Biroli (2004), quanto menores os recursos e os dispositivos públicos para apoiar as pessoas e as famílias no trabalho de cuidar dos dependentes (sejam essas crianças e/ou idosos), maior é o impacto e o tempo destinado das mulheres (de modo geral, das pobres) a essa atividade, privando-as, sobretudo,

de se dedicarem ao exercício de outras atividades profissionais, e/ou ao estudo e à construção de carreiras profissionais.

O trabalho feminino realizado pelas educadoras das creches comunitárias que constituem o movimento ArtCreche expressa questões ainda pouco estudadas nos movimentos dos profissionais da educação em São Gonçalo, tais como a interseccionalidade (Miguel, 2014) das diversas formas de opressão presentes na luta *dessas mulheres*: questões de gênero, de raça, de classe, de desigualdade de poder simbólico pelos “efeitos do lugar (Bourdieu, 2001) que as mesmas ocupam nos territórios da cidade, dentre outras”.

A luta das educadoras do ArtCreche tem nos provocado a pensar e a questionar o sentido privado da educação e do cuidado com crianças pequenas, bem como o pouco valor e reconhecimento social desse trabalho, principalmente quando os sujeitos envolvidos (crianças, educadoras e familiares) são pobres, favelados e em sua maioria negros. Nesse sentido, uma das principais lutas do movimento é a produção de outra discursividade material e simbólica sobre a experiência (Thompson, 1987) de trabalho na creche – subtrair a creche da esfera do privado, da esfera da “maternagem”, do não trabalho, do cuidado como um ofício feminino por natureza, do baixo valor social das atividades de cuidar, uma vez que a desvalorização social do cuidado faz com que atividades a ele relacionadas sejam, de modo geral, mal remuneradas.

Com relação a essas questões, Flávia Biroli (2004, p. 57) nos alerta:

O treinamento social das mulheres para o cuidado com os outros e sua especialização no cuidado dos dependentes em sociedades nas quais a divisão sexual do trabalho continua a ter importância na organização das relações na esfera privada e na esfera pública as mantêm nas posições mais baixas nas hierarquias salariais e de prestígio, mesmo quando se desdobram no exercício de atividades remuneradas.

Na sociedade brasileira contemporânea, as questões referentes às tarefas do cuidado, seja na creche, na casa ou nos equipamentos sociais – tais como asilos, clínicas e serviços de assistência social pública e/ou de caráter filantrópico –, envolvem uma gama bastante complexa de questões, sobretudo quando o trabalho de cuidar dos outros é convertido em valor monetário. Essa problemática se agudiza especialmente quando são mulheres pobres e negras que assumem a responsabilidade das tarefas do cuidado, seja das crianças ou dos mais velhos, pois nesse caso, como algumas mulheres que atuam no ArtCreche nos contam, a exemplo de Francisca (nome fictício), “que mesmo trabalhando de oito a dez horas diárias na creche, ainda é responsável por todo o trabalho doméstico em casa, além da responsabilidade com a mãe idosa que vive com ela” (Francisca, caderno de campo, setembro de 2016).

Assim, segundo Miguel e Birolí (2014, p. 59), “a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho não remunerado realizado por mulheres na esfera doméstica e familiar obscurecem uma dimensão importante da desigualdade de gênero”, enfraquecendo as possibilidades de justiça e maior igualdade na esfera doméstica, visto que a dupla jornada de trabalho de algumas mulheres do ArtCreche parece ser naturalizada por elas como parte da divisão sexual do trabalho, parte do trabalho feminino, “desde que o mundo é mundo, principalmente se a gente é pobre” (Francisca, caderno de campo, setembro de 2016).

A fala de Francisca nos remete a uma longa e renitente história de patriarcalismo, desigualdade e racismo no Brasil. O recenseamento do Império brasileiro de 1872, 16 anos antes da Lei Áurea, indicava que 46,67% da população escravizada na cidade do Rio de Janeiro já atuava nos serviços domésticos; das quais 70% eram mulheres. A abolição da escravidão não veio acompanhada de políticas reparatórias e/ou de inclusão dos negros libertos.

Portanto, não é *natural* que, mais de um século depois da abolição, em 1998, 48% do total de mulheres negras trabalhadoras no Brasil fossem domésticas. Em 2008, 22% das mulheres negras trabalhadoras eram domésticas, e em 2014, os índices são de 17%. Somente depois da PEC da Empregada Doméstica, em 2013 – que estabeleceu direitos trabalhistas para quem trabalha mais de três dias em uma mesma casa, tais como carteira assinada, jornada diária de oito horas e 44 semanais, férias remuneradas, horas extras, licença-maternidade, aviso prévio, dentro outros – é que o percentual de mulheres negras no trabalho doméstico passou a apresentar alguns sinais de decréscimo, inclusive por conta do aumento das trabalhadoras domésticas denominadas “diaristas”, que ampliaram a sua força de trabalho para o trabalho doméstico em várias casas, em função de não terem nenhum direito trabalhista garantido (IPEA, 2012).

Acreditamos que esse cenário, no qual a interseccionalidade das questões de classe, gênero e raça nos parece evidente, torna-se urgente de ser estudado e problematizado pelos sujeitos que constituem o ArtCreche, em especial por nos possibilitar a compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades econômicas e de gênero na cidade, além de propiciar um debate sobre o racismo presente e silenciado no debate de quem é usuário e trabalhador das creches comunitárias e públicas do município.

Com efeito, reconhecer e estudar as lutas do ArtCreche em São Gonçalo, mesmo que ainda de forma inicial, nos remete ao desafio de reconhecer que a sociedade civil não está em silêncio, e que suas vozes parecem ressoar mesmo que ainda não estejam sendo ouvidas em suas reivindicações.

E nos lastros desses movimentos, nos parece fundamental investigar e compreender de que forma os movimentos sociais reforcem, questionam e radicalizam os princípios da educação popular na contemporaneidade? E em que medida as lutas do ArtCreche

se atualizam no território? Continuam sendo uma luta (apenas) das mulheres?

Estudar esse recrudescimento das lutas por projetos em disputa, tanto no nível de questões macro quanto microssociológicas, parece-nos uma questão central na educação popular e nos movimentos sociais, sobretudo pelo caráter histórico da Educação Popular, que nasceu e se consolidou articulada aos diferentes movimentos sociais, sempre buscando uma pedagogia de luta como possibilidade de (auto)formação e de afirmação dos sujeitos populares, homens, mulheres, jovens e crianças como sujeitos políticos, autônomos, solidários e criadores *de mundos no mundo*.

Considerações finais, embora provisórias

Como diz o outro... Que outro? E desde quando ele se chama Outro? Estranho nome, este, que não identifica, não responsabiliza, não consta de nenhum registro civil: Outro nascido em tal data, em tal lugar, do sexo masculino. Por que nunca se diz: Como diz a outra? A Outra não diz nada, limita-se a ouvir o Outro, se é que ouve? (Carlos Drummond de Andrade, 1979).

A citação utilizada como epígrafe para o fechamento (sempre provisório) do presente texto é emblemática do complexo lugar ocupado pelos educadores da(s) infância(s) na contemporaneidade.

O escritor Carlos Drummond de Andrade em seu poema “O outro” (1979) registra, de maneira irônica, o fato de sempre se falar em nome do outro, sem jamais especificá-lo, observando de forma bastante irreverente que nunca se fala em nome da *outra*. Nesse texto, escolhemos falar da formação política dessa outra, que estamos nomeando como a educadora comunitária de periferia urbana, aquela que, apesar de “sem fala”, ousa falar, fala-se e é falada por nós, professoras e pesquisadoras da(s) infância(s). Buscamos

no presente texto garantir a fala dessa *outra*, recorrendo às vozes daqueles que dialogam com elas (em estudos, pesquisas e trabalho cotidiano) e as suas próprias vozes em contextos de interação compartilhada, nas situações de pesquisa e trabalho no interior de instituições educativas.

Do ponto de vista atual em São Gonçalo, as relações entre o movimento de creches comunitárias ArtCreche e o poder público também envolvem o consenso ou momentos deste. É emblemática, nesse sentido, a formação do movimento intitulado Sindicato de Creches Comunitárias de São Gonçalo, fundado em 2010, com o intuito de afirmar uma atuação diferenciada do movimento ArtCreche, cuja oposição veemente ao poder local se atribuía a pouca abertura da prefeitura às reivindicações das creches conveniadas.

A fundação do Sindicato de Creches Comunitárias, em nossa leitura, explicita a ampliação do campo de atuação da *esquerda* em São Gonçalo. Com efeito, com base em Bobbio (2001), definimos a esquerda como forças políticas vinculadas a partidos, sindicatos e movimentos sociais, entre outros, que tendam a valorizar ações que aumentam ou reforçam a igualdade social. Nessa perspectiva, o campo da formação política das educadoras constrói-se pelos repertórios de ação política desses sujeitos. É a partir das escolhas individuais e participação nas lutas coletivas que o campo da formação política se organiza e se consolida, oportunizando às mulheres-educadoras do ArtCreche inúmeras possibilidades de construção de uma ação política na esfera pública, uma experiência concreta de luta política.

Em linhas gerais, a história da educação infantil em São Gonçalo se entrelaça e se confunde com a própria história das creches comunitárias e dos movimentos sociais da cidade, sobretudo do Movimento ArtCreche. Sabemos que a falta de creches e de políticas adequadas para uma conciliação mínima entre o cotidiano do trabalho e o cuidado com as crianças pequenas penaliza as mu-

lheres, muito mais do que os homens, principalmente em sociedades nas quais a divisão dos papéis sociais e sexuais permanece ainda muito vinculada aos modelos convencionais, pautados em uma certa ideologia do feminino e do masculino.

Por entendermos o papel estratégico (ideológico, geracional, cultural, sexual, educacional e político) da creche na formação integral e humana das crianças pequenas, defendemos a luta por creches como uma luta de toda a sociedade. Inclusive pela possibilidade de formação de crianças que possam crescer enfrentando e produzindo outros modos de estar no mundo, sobretudo no campo da sua construção identitária e das relações de igualdade de gênero, especialmente no que tange às formas de reprodução da vida coletiva. Lembramos que, segundo Silvia Federici (2017), a reprodução da vida na economia feminista diz respeito a todo trabalho necessário a reproduzir a vida, como cozinhar, lavar, limpar e cuidar. Ainda afirma a pensadora e feminista italiana que é pelas atividades de reprodução que produzimos a nossa existência e aprendemos a cooperar, resistindo à desumanização que nos ronda, aprendendo a (re)construir o mundo como um lugar de criação, criatividade e cuidado, para todos. Entretanto, essa já é outra história, outras vozes, outras questões de estudo.

Referências

- ALONSO, A. *As teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Lua Nova, n. 76, pp. 49-86, 2009.
- AMMANN, S.B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.
- ANDRADE, C.D. “O Outro”. In *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1979.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

- BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRANDÃO, C.R. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- DANIEL, C. “Poder local: convergência entre estruturas, forças e agentes – Poder local no Brasil urbano”. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano VIII, n. 24, pp. 26-39, 1988.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, o corpo e a acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e Educação*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2012.
- IPEA – Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e de raça*. Brasília: IPEA/ONU Mulheres/SPM/SEPPPIR, 2012.
- MELLUCCI, A. “Um objetivo para os movimentos sociais?” *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=es&nrm=1&tlng=pt>. Acesso em: 11 set. 2017.
- MIGUEL, L.F. e BIROLI, F.(orgs.) *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- QUEIRÓZ. M.I. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- ROSEMBERG, F. “Organizações multilaterais, estado e política de educação infantil”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, pp. 25-63, São Paulo, mar. 2002.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- SADER, E. e PAOLI, M.C. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes”. In CARDOSO, R. (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

- SANTOS, B. de Sousa. *A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- TARROW, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- TOURAINÉ, A. “Os movimentos sociais”. In FORACCHI, M. e MARTINS J.S. (orgs.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.